

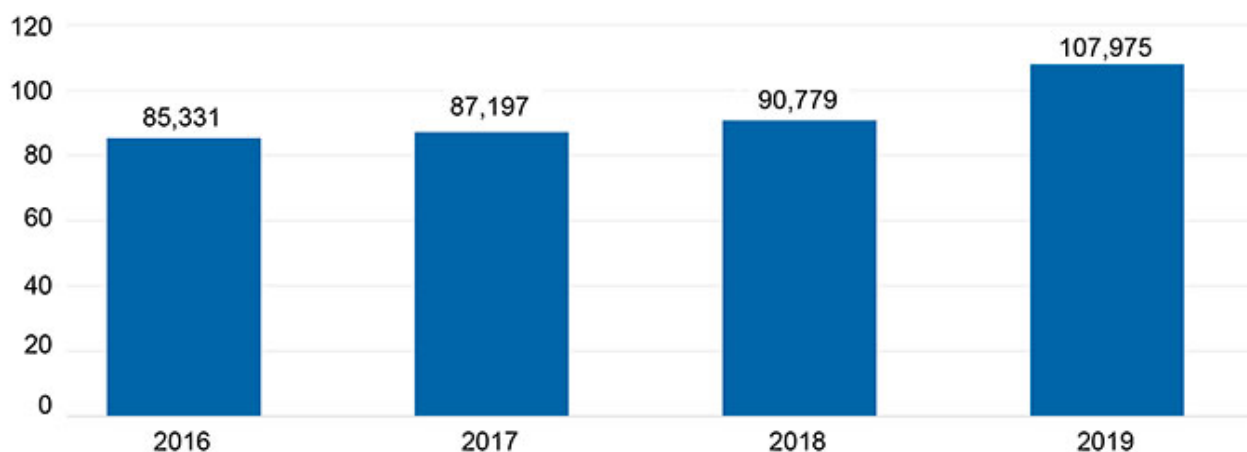
A Petros encerrou 2019 acumulando o maior patrimônio de sua história, de quase R\$ 108 bilhões, um crescimento de cerca de 19% em relação ao ano anterior (R\$ 91 bilhões). A marca foi alcançada graças à rentabilidade dos investimentos (19,69%), a maior em 12 anos, considerando todos os planos administrados pela Fundação. Com este desempenho, o retorno líquido dos investimentos consolidados somou R\$ 14,565 bilhões, mais que o dobro do resultado obtido em 2018 (R\$ 6,025 bilhões).

Entre os destaques estão os títulos públicos, com retorno de R\$ 8,449 bilhões, respondendo por mais da metade do rendimento, seguidos por fundos de investimento, com R\$ 3,117 bilhões, e ações, com R\$ 2,265 bilhões. Esses e outros resultados constam nas demonstrações contábeis referentes a 2019, aprovadas nesta quarta-feira (18/3/2020) pelo Conselho Deliberativo da Petros, instância máxima de governança da Fundação.

Importante vitória para a Petros, o balanço também recebeu o aval do Conselho Fiscal depois de 16 anos consecutivos de pareceres contrários às demonstrações contábeis, o que demonstra o novo momento vivido pela Fundação e reflete os esforços empreendidos pela atual administração para o fortalecimento da governança da entidade, por meio de um trabalho técnico e pautado pelo compromisso com os participantes.

“Os números refletem a maturação das medidas que vêm sendo adotadas e o trabalho desenvolvido pelas equipes técnicas em prol de uma missão comum. Estamos trabalhando incansavelmente para construir o futuro da Petros e resgatar a credibilidade e a confiança da Fundação. Tenho certeza que a Petros sairá fortalecida e pronta para viver um novo momento em sua história”, destaca o presidente da Petros, Bruno Dias.

Evolução do patrimônio da Petros (R\$ em bilhões)



Conselho aprova novo diretor Administrativo e Financeiro

Nesta quarta-feira, o Conselho Deliberativo também aprovou o nome de Leonardo Almeida Matos Moraes para a Diretoria Administrativa e Financeira, em substituição a Henrique Trinckquel. Para ser empossado na Petros, Leonardo Almeida ainda precisa ser habilitado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Os demais integrantes da Diretoria Executiva foram reconduzidos aos cargos.

O novo diretor Administrativo e Financeiro da Petros é formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), tem mestrado em Matemática, pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), e é doutorando em Engenharia de Sistemas e Computação na UFRJ. Também possui certificação FRM (Financial Risk Manager). Trabalhou na Petrobras nas

áreas de Tecnologia da Informação, Estratégia Corporativa, tendo participado da criação e estruturação da Gerência Executiva de Riscos da companhia. Leonardo tem ampla experiência em gestão e comandou as áreas de Riscos Estratégicos e Análises Quantitativas de Riscos da Petrobras. O novo diretor também teve passagem pela Eletrobrás na área de pesquisas para planejamento de médio prazo. Na Petros, atuou no Conselho Deliberativo em dois períodos: 2017-2018 e 2019-2020, além de compor o Comitê de Investimentos de Assessoramento ao Conselho Deliberativo.

Balanco em conformidade com as normas contábeis

A auditoria independente atestou, em seu parecer, a conformidade das demonstrações financeiras de 2019 em relação às normas contábeis, reforçando o compromisso da atual gestão com as melhores práticas de governança corporativa.

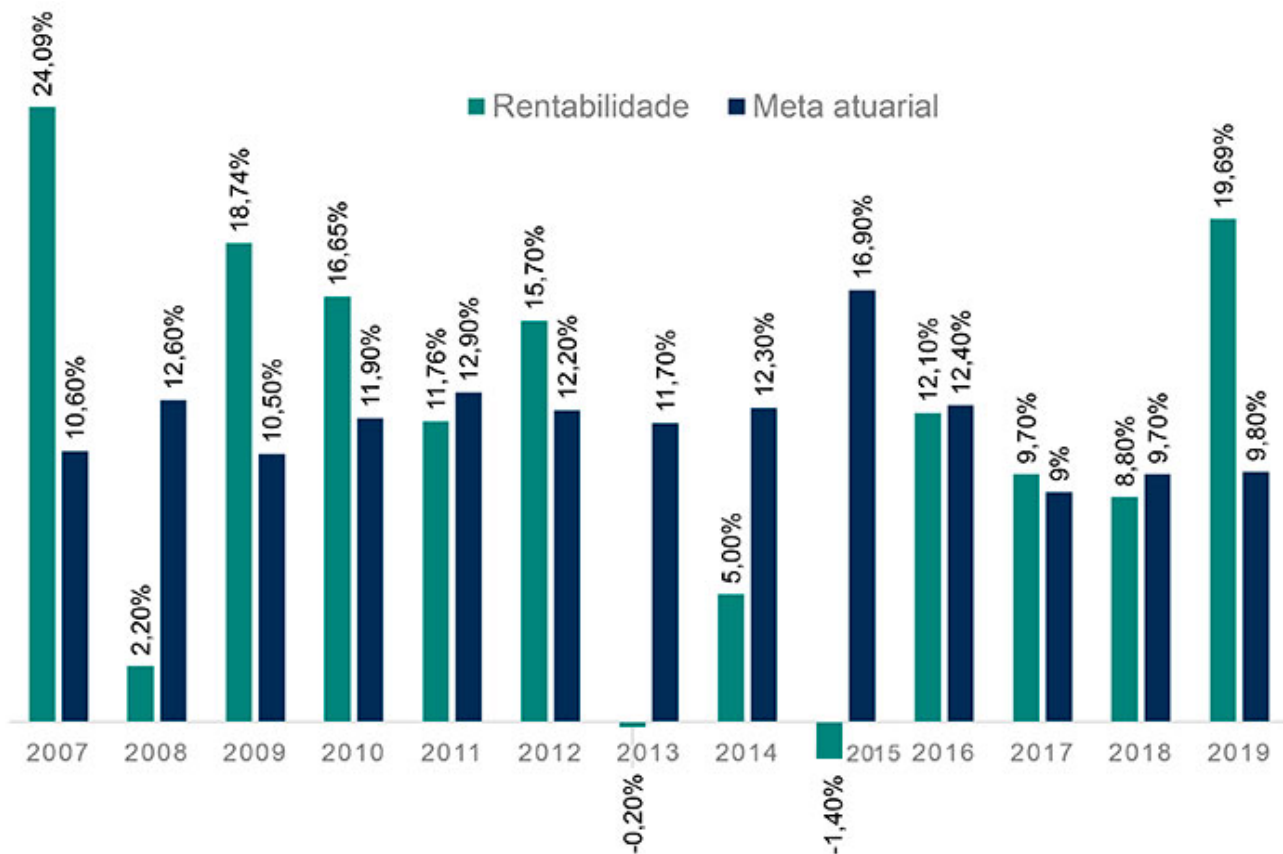
Uma das principais conquistas da Petros foi a eliminação da ressalva apontada pela auditoria independente no balanço de 2018 – de limitação de escopo para precisar os valores relativos aos depósitos e contingências judiciais. Essa conquista só foi possível graças a um amplo trabalho realizado ao longo do ano passado, que envolveu toda a Fundação.

Conduzido pela área jurídica, com apoio de consultoria contratada e da Contabilidade, o trabalho consistiu no saneamento da base processual e na conciliação contábil dos depósitos judiciais, abrangendo 49.904 processos ativos e encerrados. Além da eliminação da ressalva, este trabalho possibilitou uma redução do provisionamento das ações judiciais em R\$ 1,274 bilhão de 2018 para 2019. Com isso, a base jurídica passou a refletir a posição fidedigna dos depósitos judiciais e contingências, por plano de benefícios.

Neste processo de saneamento das bases jurídicas, a Fundação regularizou em 2019 valores referentes a movimentações de anos anteriores, tanto dos depósitos judiciais quanto do exigível contingencial, afetando a comparação desses dados registrados nas demonstrações de 2018 e de 2019. Com isso, conforme determinado pelas normas contábeis, o apontamento virou uma ressalva de comparabilidade e efeitos no resultado. Com a manutenção da regularidade em 2020, a tendência é que, nos anos seguintes, essa ressalva deixe de aparecer, não havendo, portanto, necessidade de ação específica de tratamento.

Rentabilidade é a maior dos últimos 12 anos

A rentabilidade registrada pela Petros (19,69%) foi a maior dos últimos 12 anos, considerando a carteira consolidada dos investimentos, situando-se entre os melhores resultados do país, tanto em relação a entidades abertas e fechadas quanto na comparação com bancos e gestoras independentes.



Todos os planos administrados pela Fundação bateram a meta atuarial, com destaque para os três maiores. Os planos Petros do Sistema Petrobras-Repactuados (PPSP-R) e Não Repactuados (PPSP-NR), de benefício definido, avançaram 23,06% e 22,32%, respectivamente, mais que duas vezes a meta (9,80%). Já o Plano Petros-2 (PP-2), de contribuição variável, rendeu 14,63%, superando também a meta para o ano, que foi de 9,89%.

PP-2 acumula superávit de R\$ 388,4 milhões

Plano jovem, em fase de forte acumulação de recursos, o PP-2 apresentou retorno líquido de R\$ 3,347 bilhões nos investimentos, 40% acima do contabilizado no ano anterior (R\$ 2,385 bilhões). Este resultado, somado às contribuições recebidas, que são superiores aos pagamentos de benefícios, contribuiu para elevar em 24%, para R\$ 27,421 bilhões, o patrimônio do plano, que é o segundo maior da Petros em número de participantes (50,6 mil). Assim, no final do exercício, o plano registrou superávit acumulado de R\$ 388,4 milhões, 34% maior do que o resultado de 2018 (R\$ 290,833 milhões).

Renda variável fica acima do Ibovespa - O principal destaque no PP-2 foi a renda variável, que subiu 34,81%, acima dos 31,58% do Ibovespa. O resultado foi impulsionado pelos FIAs de gestão interna e terceirizada, que respondem pela maior parte dos recursos do segmento e renderam 36,27%. O desempenho foi expressivo também na carteira de ações de giro, com alta de 40,63% no ano.

Na renda fixa, o rendimento acumulado de 10,82% correspondeu a quase o dobro da variação de 5,96% do CDI. Os títulos públicos, que respondem por cerca da metade da carteira do plano, renderam 11,90% e impulsionaram a alta, proporcionando um retorno de R\$ 1,454 bilhão nos investimentos, 43% do total registrado no exercício (R\$ 3,347 bilhões). Já o investimento estruturado encerrou com valorização de 23,52% e, também, impactou positivamente o plano. As operações com participantes (empréstimos) avançaram 10,44% e os investimentos imobiliários renderam 0,73%.

PPSP-R e PPSP-NR: resultado positivo pela 1ª vez após sete anos

No PPSP-R e no PPSP-NR, o resultado líquido dos investimentos foi ainda maior, com retorno de, respectivamente, R\$ 8,505 bilhões e R\$ 2,183 bilhões, montantes bem superiores aos registrados no ano anterior. Juntos, representam 73% do retorno líquido consolidado da Petros, o que evidencia a relevância da carteira desses dois planos para o resultado da Fundação.

Em relação ao passivo dos planos, além do crescimento natural do montante necessário para cobrir todas as obrigações futuras – atualizadas anualmente pela meta atuarial –, houve um aumento em função da redução da taxa de juros no encerramento do exercício. O corte – de 5,27% para 4,43%, no PPSP-R, e para 4,37%, no PPSP-NR – foi necessário para adequar as taxas ao cenário econômico e, assim, reduzir o risco de novos déficits, proporcionando mais sustentabilidade aos planos no longo prazo.

Mesmo com a necessidade de ajuste na taxa de juros, ambos os planos apresentaram o primeiro resultado positivo no exercício – de R\$ 3,253 bilhões no PPSP-R e de R\$ R\$ 1,745 bilhão no PPSP-NR – depois de sete anos. Com isso, houve uma redução de cerca de 60% no equilíbrio técnico acumulado de 2018 para 2019, saindo de um resultado negativo de R\$ 5,567 bilhões para R\$ 2,309 bilhões, no PPSP-R, e de R\$ 2,839 bilhões para 1,093 bilhão, no PPSP-NR.

É importante destacar que a situação financeira-atuarial apresentada tem caráter contábil, pois este montante deficitário já foi incorporado no Novo PED, proposta de reequilíbrio dos planos que abrange os déficits de 2015 e 2018 e contempla o resultado de 2019. Mas, como o Novo PED foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em fevereiro deste ano, ou seja, após o encerramento do exercício de 2019, e ainda depende do aval da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), o resultado completo alcançado com o trabalho de reestruturação dos planos só será refletido nas demonstrações financeiras de 2020.

Renda fixa sobe quatro vezes mais que o CDI e impulsiona resultado - Nos planos BD, o destaque do ano foi a renda fixa, que avançou 24,44% no PPSP-R e 23,94% no PPSP-NR, quatro vezes mais que o CDI (5,96%), referência para o segmento. A gestão ativa desta classe de ativos, que tem grande representatividade nas carteiras, especialmente os títulos atrelados à inflação, impulsionou o desempenho. A partir de um trabalho de alongamento dos prazos dos títulos públicos (NTNBs), houve uma valorização desses papéis, que se beneficiaram com a melhora da economia.

A avaliação ao longo de 2019 foi que o cenário de inflação benigna e de recuperação gradual da economia – juntamente com a implementação da agenda de reformas, em especial a da previdência – permitiria um movimento de redução das taxas de juros. Com esta perspectiva, a estratégia principal foi manter elevada a exposição a papéis de prazo mais longo indexados à inflação, decisão que se mostrou acertada. Inclusive, o rendimento dos títulos públicos destacou-se entre os ativos dos planos, representando cerca de 60% do resultado líquido total dos investimentos no PPSP-R (R\$ 5,332 bilhões) e 65% do total no PPSP-NR (R\$ 1,427 bilhão).

A renda variável também apresentou boa performance, com alta de 31,24% no PPSP-R e 29,37% no PPSP-NR, ficando levemente inferior aos 31,58% do Ibovespa. A carteira de participações mobiliárias (carteira governança) impulsionou o resultado, subindo 28,32% no PPSP-R e 27,56% no PPSP-NR. Já a carteira de curto e médio prazo (Fundos de Investimentos em Ações – FIAs e ações de giro) valorizou 37,75% no PPSP-R e 20,85% no PPSP-NR, contribuindo para o resultado do segmento.

As operações com participantes (empréstimos) renderam 9,07% no PPSP-R e 8,74% no PPSP-NR, enquanto o investimento imobiliário do PPSP-R teve valorização de 6,97% e do PPSP-NR, de 7,01%. Por outro lado, os investimentos estruturados (FIPs) registraram queda de 17,15% em ambos os planos.

PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70

Originários da cisão do PPSP-R e do PPSP-NR, com data efetiva em 31 de dezembro de 2019, os planos estão equilibrados. Para os participantes, a rentabilidade dos investimentos seguiu a dos planos de origem.

[Confira aqui](#) a rentabilidade de todos os planos administrados pela Petros.

Fonte: Petros, em 18.03.2020